

As encruzilhadas do nacionalismo radical*

Resumo

Uma comparação entre as várias experiências do século XX esclarece os dilemas com que se confrontam os governos nacionalistas radicais da América do Sul. O que sucedeu com Salvador Allende recorda-nos que a reacção sempre tem em carteira um golpe. A direita tenta actualmente reinstaurar a hegemonia constitucional dos conservadores sem recriar as velhas ditaduras.

Os capitalistas mantêm o domínio da economia na Venezuela, na Bolívia e no Equador, tal como ocorreu no Chile naquela época. Se em lugar de avançar para a construção de um poder popular se aceitam os condicionamentos do *establishment*, reaparecerá o desconcerto que afogou a experiência chilena. Há que afrontar de forma consequente as resistências que opõem os dominadores através de um caminho anticapitalista.

Também o *debut* do Sandinismo ilustrou a necessidade de drásticas medidas contra os opressores. Mas a direita conseguiu um retorno eleitoral com o auxílio dos governos latino-americanos, aproveitando a incapacidade da FSLN para projectar os seus êxitos militares no campo político. Essa restauração não era inevitável, nem obedeceu apenas às adversidades externas. Apoiou-se numa involução social-democrata dos dirigentes que desmoralizou a população. Os processos nacionalistas actuais contam com margens temporais e recursos económicos maiores que os que vigoravam na Nicarágua, mas as encruzilhadas políticas são semelhantes.

A revolução mexicana ilustrou como pode gerar-se uma classe capitalista a partir da cúspide do estado. A repetição deste precedente é o principal perigo que enfrentam os novos governos radicais. O PRI utilizou a legitimidade de uma revolução para estabilizar durante décadas a acumulação privada e evitar os inconvenientes das ditaduras. Este modelo é alentado na Venezuela pelos sectores que se enriquecem no actual quadro e por aqueles que resistem a mudanças significativas no Equador e na Bolívia. Nos três casos, a política externa independente pode pavimentar uma ruptura com o imperialismo ou facilitar o curso diplomático que promove o MERCOSUR.

O processo venezuelano tem maior proximidade com o nacionalismo militar que os seus equivalentes da Bolívia ou do Equador. Durante o século XX predominaram na América Latina as acções do exército ao serviço das classes dominantes, mas também se registaram várias experiências radicais. O maior problema reside em distinguir o carácter progressivo ou regressivo dessas intervenções. A cegueira perante o primeiro caso e as ingenuidades frente ao segundo têm consequências nefastas. É tão erróneo hierarquizar indiscriminadamente os civis perante os militares, como esquecer que o nacionalismo militar não pode, por si mesmo, um processo de emancipação.

A revolução cubana demonstrou que é factível derrotar o imperialismo e iniciar uma transição socialista. É importante recordar esta lição, face às questões que existem pela adopção de medidas anticapitalistas na Venezuela, na Bolívia e no Equador. Se reaparece a audácia dos anos 60, o anterior apoio da URSSS poderia ser compensado por outras alianças externas. Os ritmos actuais diferem do passado, mas um prolongamento do *status quo* impedirá o avanço para o socialismo.

É impossível prever se uma direcção jacobina voltará a franquear as fronteiras. Mas existem tendências potenciais para esta radicalização, num contexto de lutas sociais mais regionalizado.

As Encruzilhadas do nacionalismo radical

As sublevações populares que sacudiram a América do Sul nos últimos anos que conduziram ao derrube de vários presidentes neoliberais reforçaram a presença dos movimentos sociais e facilitaram novas conquistas democráticas. Também permitiram modificar as relações de força em prejuízo do imperialismo e a favor dos oprimidos.

Outro efeito das rebeliões foi o estabelecimento de governos nacionalistas radicais como Chávez na Venezuela, Evo Morales na Bolívia e provavelmente Correa no Equador. Estes presidentes favorecem um curso económico estatal, mantêm forte conflitualidade com os Estados Unidos, chocaram com as burguesias locais e desenvolvem políticas económicas que oscilam entre o neodesenvolvimento e a redistribuição progressivo dos rendimentos.

São governos que se situam nas antípodas das administrações conservadoras de Uribe na Colômbia, Calderón no México e Alan Garcia no Peru. Os de direita mantêm políticas pró americanas, percursos abertamente neoliberais e reagem com brutalidade repressiva perante qualquer pedido popular.

Os presidentes nacionalistas também se distinguem dos seus colegas de centro-esquerda como Lula no Brasil, Kirchner na Argentina ou Tabaré Vasquez no Uruguai. Estes chefes de Estado mantêm relações ambíguas com o imperialismo, sustentam as classes dominantes locais e utilizam os mecanismos constitucionais para levantar obstáculos às melhorias sociais.

Nos países governados pelo nacionalismo antiimperialista criaram-se de mobilização desde baixo e polarização política, o que não se verifica nas nações onde o poder burguês foi reforçado pela desilusão (Brasil), o controlo (Uruguai) ou a contenção (Argentina). Que cenários enfrentam os governos radicais? Avançarão na construção de sociedades igualitárias ou recriarão outro sistema de opressão?

Uma forma de esclarecer estas disjuntivas é rever o rumo seguido em circunstâncias semelhantes da história latino-americana. Esta comparação exige a análise de cinco situações: a Unidade Popular Chilena, o Sandinismo nicaraguense, o PRI do México, os ensaios de nacionalismo militar no Peru, na Bolívia, no Panamá e a revolução cubana.

Este contraste não é um exercício académico para sugerir conclusões imparciais. Pretende definir estratégias adequadas para a esquerda. Revendo o passado podemos compreender quais são os caminhos que conduzem à preservação do capitalismo ou ao avanço do socialismo.

Dessas experiências não surgem modelos para copiar para o futuro. Nenhum desenlace do século XX se repetirá nos próximos anos. Mas é impossível construir o amanhã ignorando o que aconteceu ontem. Assumir heranças, assimilar êxitos e questionar desacertos é a condição de um novo projecto da esquerda.

A Tragédia do Chile

A recordação da Unidade Popular chilena fustiga qualquer analista que avalie as opções de um processo reformista na América Latina. Afogar em sangue estes ensaios foi a resposta tradicional do imperialismo. Pinochet simboliza um tipo de reacção, que num certo momento do século XX suportaram vários países da região. O Departamento de Estado e os seus parceiros oligárquicos locais recorreram repetidamente à ferocidade fascista, para dobrar os governos que afectam os interesses do *establishment*. A única coisa que variou foi a magnitude dos assassinatos perpetrados em cada golpe.

Pinochet representa o modelo clássico de contra-revolução que a direita sempre tem em arquivo. A conspiração começou mal Allende tomou posse, através do assassinato do general Schneider. Os bandos de Pátria e Liberdade começaram os atentados, aproveitaram os protestos dos camionistas, a irritação dos comerciantes e as caçarolas da classe média. Com o financiamento das companhias multinacionais, Kissinger fez o diagrama das principais agressões da reacção.

Este mesmo esquema de provocações reproduziu-se na Venezuela nos últimos anos, particularmente durante o ensaio golpista de 2002. As grandes empresas contribuíram com dinheiro, a embaixada norte-americana coordenou as provocações, os conservadores açularam a classe média, os velhos partidos recrutaram o pessoal civil e os meios de comunicação inventaram as justificações do ataque. Qualquer medida genuinamente democrática – como a não renovação da licença do monopólio mediático RCTV em princípio de 2007 – reactiva estas conspirações das elites.

O mesmo libreto repete-se também na Bolívia. A ameaça golpista, ali, inclui uma chantagem de secessão das províncias orientais que contam com grandes recursos de petróleo e gás.

Mas o percurso pinochetista é uma opção que a direita actualmente agita apenas como elemento de pressão. Neste campo existe uma diferença substancial com os anos 70. O golpe é concebido para afastar um governo reformista, sem a intenção de reimplantar ditaduras de médio prazo. Dado o carácter obsoleto das tiranias militares procura-se uma restauração conservadora no quadro constitucional. Tão-pouco o imperialismo norte-americano está em condições de sustentar no médio prazo um general reaccionário. Por esta razão, os seus parceiros de direita exercem o terrorismo d estado (Uribe) ou a repressão selvagem (Calderón), mas mantêm a fachada constitucional.

A opção pinochetista é improvável, mas refrescar o antecedente chileno é muito útil para avaliar outro problema: os obstáculos que a Unidade Popular interpôs num trânsito para o socialismo. É importante recordar estes impedimentos, com independência do corolário fascista que teve essa experiência. Só este balanço impedirá a repetição dos erros cometidos por Salvador Allende.

Tal como então ocorreu, as forças políticas de esquerda conquistaram ao governo por via eleitoral na Venezuela, na Bolívia e no Equador. As sublevações sociais conseguiram projectar-se ao voto popular, mas verificou-se novamente que chegar ao

governo não equivale a tomar o poder. O dirigir a gestão administrativa do estado não dá o controlo dos restantes recursos da economia que os capitalistas detêm.

Allende procurou superar esta limitação dentro do quadro constitucional, aceitando todas as restrições da legalidade burguesa. Subscreveu de entrada um Pacto de Garantias com a oposição que balizava severamente o alcance das reformas promovidas pela esquerda. Os representantes do capital, em contrapartida, não se ativeram a nenhum compromisso legalista. Só utilizaram esses acordos para encurralar, desgastar e neutralizar o seu opositor.

Esta experiência ilustrou como a direita socava um governo radical que aceita as regras de jogo dos dominadores. Este mesmo condicionamento é actualmente ensaiado nas Assembleias Constituinte da gestão de Chávez e de Evo (e proximamente de Correa). Mas, diferentemente do sucedido no Chile, esta pressão não se esgota num curto episódio. Tende a prolongar-se numa sucessão de batalhas, que poderia incluir várias Constituintes.

O aspecto mais trágico do legalismo de Allende foi a sua confiança nos militares. Primeiro incluiu só exortações, mas depois implicou a aceitação de muitas exigências golpistas (designação de Pinochet, poderes à justiça militar, leis de controlo de armas, inacção perante os ensaios do golpe). Chávez está sempre a recordar este precedente e recorre à sua própria experiência no exército para afirmar que «a revolução bolivariana é pacífica, mas não desarmada». A estreita ligação com Cuba, a aquisição de armamento fora da órbita norte-americana, os preparativos de organização de milícias expressam esta compreensão do desafio militar que colocaria um choque futuro com a direita.

O actual contexto dos exércitos latino-americanos, por outro lado, é mais contraditório que no passado. Por um lado as forças armadas perderam a função governamental que exerceram durante o século XX, mas ao mesmo tempo encontram-se mais atadas às campanhas que decididas pelo Pentágono, com o pretexto de enfrentar o narcotráfico ou a criminalidade. Embora num ambiente diferente, as encruzilhadas políticas que a região enfrenta não mudaram.

Legalismo ou poder popular

A conciliação de Allende com os golpistas coroou uma política de rejeição da construção de um poder popular extra-parlamentar (Assembleia Popular da cidade de Concepción, Juntas de Abastecimento, Conselhos Comunitários, Cordões Industriais). Este tipo de edificação é indispensável para conseguir um caminho para o socialismo. O questionamento da Unidade Popular a estes ensaios impediu a formação dos únicos organismos que podiam preparar uma resistência das massas contra Pinochet. A cegueira parlamentarista não obstruiu só esta coesão. Bloqueou, além disso a confluência das mobilizações pela reforma agrária e a melhoria dos salários nas minas. Estes antecedentes são importantes para um país como a Bolívia, com persistente acção autónoma de movimentos sociais de mineiros, professores e camponeses e, em grande medida, de soluções imediatas para as velhas reclamações.

Se o governo de Morales titubeia como o de Allende, terminará provocando a mesma desorientação popular que imperou no Chile em 1972-73. Também a cedência nas

propostas transformadoras que se verifica nas negociações com os opositores para a viabilização da Assembleia Constituinte conduzem a este mesmo resultado.

As crescentes reclamações dos trabalhadores sob este tipo de governos não são reacções infantis, nem irritações alimentadas pela impaciência. Expressam o temor de uma repetição de todas as frustrações do passado. A Unidade Popular chegou ao governo com a promessa de superar o desengano provocado pela gestão democrata-cristã em vários sectores (especialmente o agrícola e nas estatizações). Esta mesma memória de desenganos verifica-se actualmente na Venezuela, na Bolívia ou no Equador. Ainda que o sofrimento provocado pelo neoliberalismo seja uma recordação recente que ofusca esse passado, ninguém esquece as frustrações industrialistas com Carlos Andrés Pérez na Venezuela ou as decepções reformistas com Siles Suazo na Bolívia.

O cerne do problema radica na persistente obstrução capitalista a qualquer transformação progressista nos países latino-americanos. Muitos governos de raízes populares pretendem evitar esta barreira. Pensam ser possível compatibilizar as melhorias sociais com os lucros dos poderosos e acabam a enfrentar as mesmas prisões que minaram Salvador Allende. A contundente lição que chegou do antecedente chileno resume-se num preceito: uma vez começadas as reformas sociais há que afrontar de modo consequente as resistências que oporão os dominadores. Também é necessário saber se esta confrontação tem consequências potencialmente anticapitalistas.

Do balanço da Unidade Popular surgem posturas muito diferentes face à etapa em curso. Os que situam os problemas na «pressa» ou nas «pressões aventureiras da ultra-esquerda», propõem agora atenuar a marcha e conciliar com a direita. Se pelo contrário se situa o desacerto de Allende na sua ingenuidade legalista, a tarefa é preparar o salto para o socialismo, radicalizando processos políticos e construindo o poder popular.

A experiência chilena desenvolveu de forma vertiginosa num lapso de poucos anos. Os processos nacionalistas-radicais actuais contam com uma margem temporal superior, mas não tão elástico. A Venezuela pode utilizar os seus recursos petrolíferos para ensaiar mudanças sociais em períodos mais extensos. Também pode aproveitar a vantagem de fazer pela primeira vez uma experiência radical, que o grosso da região já conheceu em décadas anteriores.

Ao contrário, a Bolívia defronta-se num contexto mais adverso. Só recentemente começou a receber um rendimento estatal significativo, num país historicamente instável e com forças da direita que têm mais capacidade que os seus pares da Venezuela ou Equador, para exercer uma chantagem de secessão. Estes grupos fecharam a cadeado na Assembleia Constituinte a heterogénea coligação do MAS e podem paralisar o governo de Morales. O «catastrófico empate» entre contendentes tende a desgastar o novo presidente. No Altiplano persiste o trágico acordo de Siles Suazo que, em 1982-85, começou a adoptar medidas progressistas e terminou a aplicar a receita do FMI, no meio de uma hiper inflação.

Provavelmente, o equador encontra-se numa situação intermédia. Não conta com a margem de acção que tem a Venezuela, mas também não enfrenta o caminho estreito que predomina na Bolívia. E menos de um ano Rafael Correa ganhou quatro eleições e

está a forjar uma importante base de apoio. Conseguiu a maioria absoluta na Constituinte e deu à direita uma enorme tarefa eleitoral. Mas a grande incógnita anda à volta desse complicado caudal político. Salvador Allende também contava com uma grande popularidade, que não soube utilizar no momento adequado.

Lições da Nicarágua

As principais lições da experiência sandinista provêm mais da última etapa do governo da FSLN, que do triunfo guerrilheiro inicial ou da resistência à agressão imperialista. Nessa fase final da presidência abriu-se o caminho para um retorno eleitoral da direita, que os conservadores vislumbraram como uma opção de médio prazo para a Venezuela. Na Bolívia este reingresso das elites através dos votos é uma ameaça sempre latente.

A revolução sandinista foi uma insurreição diferente das recentes rebeliões. Apoiou-se na acção guerrilheira e num levantamento armado que deitou por terra a ditadura de Somoza, numa situação de colapso total do estado. Uma grande diferença de intensidades que separa a eclosão da Nicarágua das crises latino-americanas da última década.

Mas o mais importante desta acção sandinista foi o seu alto grau de radicalidade. Quando a tirania recorreu – depois do assassinato de Chamorro e do feroz bombardeamento dos bairros populares – a FSLN não aceitou a reconciliação. Rejeitou a proposta opositora de substituir o déspota por uma mudança cosmética e impôs a dissolução da Guarda nacional e a expropriação dos bens da dinastia.

Esta estreia do Sandinismo corroborou a necessidade de medidas drásticas contra os plutocratas para começar a edificar uma democracia plena. Apesar do contexto político que rodeia as recentes rebeliões ser muito diferente, estes ensinamentos nicaraguenses não perderam a vigência. Sob regimes os constitucionais actuais a gravitação dos diferentes grupos do *establishment* está mais distribuída, mas as rédeas do poder continuam nas mãos das classes dominantes. Estes sectores impedem a soberania popular e não renunciarão aos seus privilégios, sem drásticas medidas por parte dos oprimidos.

As decisões iniciais que adoptou a FSLN foram mais radicais que as medidas adoptadas pelo governos nacionalistas actuais. A nacionalização de bancos, o controlo de comércio externo, a substituição da guarda nacional por um exército popular, a sindicalização massiva e a organização por bairros constituíram medidas revolucionárias que não se observaram em nenhum país durante a última década.

Mas o impacte internacional do triunfo sandinista apresenta certa familiaridade com o contexto gerado pelo processo bolivariano. Comparando com a Nicarágua, as mudanças introduzidas na Venezuela são muito moderadas, mas a desafiar a hegemonia global do neoliberalismo, e criaram uma situação comparável à vigente no início dos anos 80. Esta equivalência verifica-se na recomposição das expectativas populares em vários países da região.

O triunfo do Sandinismo suscitou um entusiasmo transbordante. Não só rompeu o isolamento de Cuba, mas incentivou a luta regional contra as ditaduras da época. Este optimismo começou a renascer com as vitórias sobre a direita na Venezuela. Não é por

casualidade que a Venezuela se converteu num lugar de encontro militante da esquerda, semelhante ao papel que ocupava Manágua no período anterior.

A FSLN tentou gerar um regime político pluripartidário e representativo, com muitos ingredientes da democracia participativa actualmente promovida pelo processo bolivariano. Esse sistema substituiu no primeiro caso uma ditadura e no segundo uma estrutura de alternância governamental entre partidos corruptos. Nas duas soluções registaram-se avanços significativos, mas insuficientes, para dotar a população do efectivo poder de decisão. Por este motivo, os sectores capitalistas não somozistas que sobreviveram na Nicarágua puderam retomar o governo no momento oportuno. Os seus pares na Venezuela preservam esta mesma capacidade de intervenção e mantêm forças suficientes para tentar a recaptura da presidência.

O Sandinismo teve de lidar com a sistemática agressão do imperialismo. Os custos deste atropelo foram infinitamente maiores que os suportados pelo processo bolivariano. A Venezuela, até agora, não enfrentou as invasões de mercenários treinados pela CIA que dobraram a Nicarágua. Desde 1981 até 1987, Reagan manteve uma ofensiva aberta a partir das bases militares das Honduras e do Panamá, e quando se esgotaram os recursos formais recorreu ao financiamento ilegal. A Nicarágua sofreu um número de baixas equivalente à dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, Coreia e Vietname. A produção agrícola ficou destruída e a vida económica sofreu danos monumentais.

Mas apesar desta sangria o imperialismo fracassou. Os seus bandos tiveram que negociar o desarmamento e a um elevado custo económico e social o Sandinismo pôde triunfar. O problema apareceu posteriormente, quando não soube projectar esta vitória no terreno político. O divórcio entre ambos os planos é a principal lição dessa dura experiência.

A confrontação com o imperialismo foi difícil, mas confirmou que as enormes diferenças de poder de fogo não impedem a vitória popular no campo de batalha. O que aconteceu no Vietname repetiu-se na Nicarágua e confirma-se actualmente no Iraque. Mas o Sandinismo perdeu nas urnas o que conquistara na ponta das armas. Este fracasso constitui um sinal de alerta para o processo bolivariano. A arena política pode resultar mais adversa que qualquer agressão do Pentágono.

A Nicarágua contou com a mesma solidariedade de Cuba que actualmente recebem a Venezuela e a Bolívia. Este apoio contrastou com a escassa ajuda que deu a União Soviética. Para não se incompatibilizar com os Estados Unidos a burocracia do Kremlin cortou os créditos, reduziu as compras de produtos e diminuiu abruptamente o fornecimento de combustíveis aos sandinistas. O panorama político do século XXI é muito diferente e a opulência petrolífera que apresenta a Venezuela contrasta com o desamparo económico que sofria a Nicarágua. Mas a comparação entre os dois processos permite registar os que apoiam e os socavam a partir do exterior um processo antiimperialista.

Durante as duras negociações que acompanharam a agressão militar contra a Nicarágua, os governos burgueses da América Latina cumpriram o mesmo papel de quinta coluna que tiveram perante o golpe de direita na Venezuela. Em ambos os casos repudiaram formalmente os conspiradores, enquanto canalizavam os pedidos dos conservadores na mesa das negociações.

Esta duplicidade obedece à defesa dos interesses capitalistas regionais, que anteriormente tiveram Alfonsín ou Sarney e agora têm Kirchner ou Lula. Se alguma lição pode extrair-se do encurralamento internacional que sofreu a Nicarágua é este nefasto papel dos falsos amigos.

O movimento social-democrata

Os desacertos cometidos pela FSLN na última etapa do governo conduziram à sua queda. Estes erros não obedeceram a erros militares (reintrodução do recrutamento), a cegueira perante certas reivindicações (autonomia das minorias étnicas da costa atlântica) ou à verticalidade auto-suficiente de uma condução forçada na luta de guerrilha. Nenhuma revolução está isenta deste tipo de problemas. O retorno à direita pela via eleitoral não foi uma consequência destes equívocos.

Essa restauração conservadora não era inevitável, nem obedeceu apenas à «política orquestrada por Washington» ou ao «contexto internacional criado pelo derrube da URSS». Ambos os argumentos desqualificam a discussão de um balanço real, ao transformar o inimigo no único responsável pelas frustrações populares. Esta forma de raciocinar, com os olhos postos no xadrez político conduz a posturas passivas ou a imaginar que o socialismo se construirá com argúcias diplomáticas. Repete o tipo de fantasias que tão frequentes eram na época da União Soviética.

O que deve avaliar-se é a responsabilidade política que teve a direcção sandinista na recomposição da direita. Desde 1988 recusaram de forma explícita toda perspectiva anticapitalista, objectaram com o carácter «antiquado» do marxismo e desdobraram-se em crescentes elogios ao mercado. Esta visão conduziu ao estancar da reforma agrária, ao abandono de projectos sociais, inclusive à adopção de medidas exigidas pelo FMI. A volta dos conservadores – num momento de ascensão neoliberal e de colapso da URSS – desconcertou os militantes, desmoralizou a população e adubou o terreno para o regresso da direita.

Esta involução traz-nos uma grande lição para os tempos actuais. Ilustra como o ressurgimento dos conservadores se apoia no aburguesamento de uma direcção revolucionária. A regressão social-democrata do Sandinismo deu auditório popular à prédica da direita. A repetição deste panorama não está imediatamente à vista na Venezuela. Mas a direita pode reconstituir-se eleitoralmente com grande velocidade, já que conta com estruturas financeiras e tradições para se reabilitar de forma vertiginosa.

Até agora a balança eleitoral da Venezuela inclinou-se claramente a favor de Chávez. Triunfou em oito votações consecutivas e ultimamente alcançou um recorde de 60% dos votos, conquistando 20 das 22 províncias e 80% das *alcaldías*. Mas também os Sandinistas conseguiram êxitos retumbantes que os induziram a fantasiar com a infalibilidade eleitoral. Por isso a derrota de 1989 teve tanto de inesperado como de fulminante. A FSLN ficou aparvalhada, perdeu capacidade de reacção e acentuou a sua adaptação à ordem capitalista. Este amoldar conduziu a uma transformação total dessa organização.

Antes de abandonar o governo muitos sandinistas apropriaram-se de casas e terrenos, através de um nefasto episódio de corrupção conhecido como «*la piñata*». Depois participaram num governo de transição que converteu as milícias sandinistas num

exército regular, aprovaram a desvalorização, medidas de privatização e a devolução de fábricas expropriadas aos seus velhos donos. O corolário destas decisões foi a transformação da FSLN num partido convencional, centrado na actividade eleitoral e formalmente integrado na social-democracia internacional.

Com este novo perfil, Daniel Ortega regressou ao governo o ano passado. Voltou com um vice-presidente que se passeou na contra-revolução e com o compromisso de respeitar as medidas do FMI, os Tratados de Livre Comércio e a supressão do aborto terapêutico exigida pela igreja. Alguns analistas pensam que desde a fundação de um grupo empresarial em que Ortega é caudilho, o Sandinismo converteu-se em «Danielismo». Negociou durante década passada com a direita a partilha dos poderes do estado e, actualmente, apoia-se numa forte estrutura de prebendas. Pode-se, portanto, perder certas eleições para a direita e voltar a ganhá-las posteriormente, mas o importante é o que sucede durante o intervalo. O Sandinismo involucionou e se esta regressão se consolida, a nova presidência não servirá para recuperar o projecto revolucionário.

A neutralização da FSLN não passou pela derrota sangrenta que Pinochet impôs, nem pela invasão imperialista que sofreu Granada em 1983. Também não sofreu um golpe destrutivo a partir do interior do movimento, semelhante ao suportado pela esquerda na Argélia em 1965. O Sandinismo esboroou-se a partir de dentro, sem um desenlace dos seus conflitos internos e terminou encerrando todos os caminhos para uma transição socialista.

Diferentemente do que ocorreu na URSS, na Jugoslávia, na China ou em Cuba, a FSLN geriu o país durante uma etapa de vários anos sem fazer a ruptura anticapitalista. Esta extensão temporal pode recolocar-se novamente no futuro, mas os sinais de marcha para o socialismo nunca estão sujeitos a tantas ambiguidades. Actualmente pode notar-se, se o processo bolivariano tende ou não para a repetição da frustração nicaraguense.

Um rumo socialista não está necessariamente determinado pelo alcance imediato das expropriações. As insuficiências do Sandinismo não estiveram nesta tibieza, mas na adopção de um caminho explicitamente pró capitalista desde fins dos anos 80. Decisivo foi a mudança de estratégia e não a moderação do ritmo anterior. É evidente que a extensão da propriedade pública não pode ser abrupta, num país pobre e atrasado como a Nicarágua.

Também aqui não radica o principal obstáculo para um projecto socialista num país como a Venezuela, que já tem estatizada a fonte petrolífera dos seus recursos económicos. Em ambos os casos a obstrução ao avanço do socialismo encontra-se potencialmente na involução de cima, na cooptação social-democrata e no abandono da confrontação com as classes dominantes. O choque com estes grupos foi eludido na Nicarágua e não se consumou na Venezuela. Em vez de dirimir esse conflito, o Sandinismo apostou no fortalecimento dos capitalistas locais. Estes mesmos sectores mantêm o essencial do seu poderio na Venezuela.

A experiência sandinista desenvolveu-se num ambiente revolucionário que envolvia toda a América Central. A prolongada guerra civil da Guatemala teve vários picos nos anos 80 e na habilidade da guerrilha para combinar a luta armada com a mobilização popular, em S. Salvador manteve o exército na defensiva. Mas as possibilidades de

vitória ficaram muito comprometidas pelo fracasso na Nicarágua e o processo salvadorenho terminou em meados dos anos 90 com os acordos de paz.

A sequela de pessimismo e desmoralização que sucedeu ao fracasso sandinista já ficou para trás. O grande desafio actual é assimilar os desacertos desse processo para incentivar um curso de reconstrução socialista. Esta perspectiva exige uma grande aprendizagem de outra experiência essencial.

O antecedente mexicano

A trajetória seguida pela revolução mexicana ilustra outra saída possível dos actuais processos nacionalistas actuais. Este acontecimento foi oficialmente celebrado durante décadas como um marco da emancipação, embora na realidade tivesse permitido a gestação de uma classe política a partir do estado. Muitos relatos ilustraram como dirigentes revolucionários enriqueceram com os fundos públicos, à custa da maioria popular.

Esta duplicidade entre o mito libertador e a realidade opressiva dominou durante décadas a vida política mexicana e deve ser observada com atenção na Venezuela, Bolívia e Equador. A criação de um segmento de privilegiados – nas entranhas de um processo libertador – constitui um dos grandes perigos que defrontam os processos radicais nos três países.

Esta tendência verifica-se em vários sectores que integram o chavismo e é promovida pelo *establishment* regional, com mais entusiasmo que a opção pinochetista ou a variante nicaraguense. Este caminho conta, além disso, com o apoio dos governos do MERCOSUR e dos empresários argentinos ou brasileiros que estão a fazer chorudos negócios com a Venezuela [N.do T.: também em Portugal apareceram apoios políticos inesperados a Chávez, antecipando notícias de negócios bilionários]. Mas a repetição do caminho mexicano não é gratuita. Requer a contenção dos avanços populares e dissipar as expectativas de mais amplas transformações sociais.

A revolução mexicana foi desgastada ao de tormentosas sequências. A primeira irrupção camponesa em 1991 converteu um conflito entre fracções moderadas na maior convulsão da história do país. Esta fase esgotou-se depois de uma década de confrontos armados, que desembocaram num governo de arbitragem entre os grandes sectores em luta (derrota dos *zapatistas* e neutralização dos *carrancistas* em 1919).

Os oprimidos não triunfaram mas também não foram vencidos e a revolução ficou incompleta na realização dos seus objectivos de modernização. Também foi interrompida a concretização das aspirações populares, e esta definição resultou nos anos 30 na reabertura de um processo inconclusivo. Com o renovado apoio das mobilizações operárias e camponesas, a fracção progressista de Cárdenas afastou os conservadores de Calles e reiniciou as reformas.

Os seis anos de gestão desse presidente mostram várias analogias com o actual processo bolivariano. Implementaram-se melhorias sociais, reformas agrárias e várias expropriações de companhias petrolíferas norte-americanas. O impacte destas medidas foi muito superior à onda de estatizações que posteriormente implementaram outros presidentes nacionalistas da região, como Perón ou Vargas.

Mas o próprio Cardenas orientou estas medidas para um novo desenvolvimento do capitalismo mexicano. Incentivou a acumulação privada através da redução dos impostos, criou um sistema bancário moldado às necessidades dos grandes grupos e auxiliou com fundos públicos os sectores empresariais em dificuldades. Manteve ainda uma bem lubrificada relação comercial com os Estados Unidos e evitou a extensão das nacionalizações ao estratégico sector mineiro.

O complemento político deste esquema de capitalismo de estado foi a cooptação paternalista dos sindicatos operários e agrícolas. A burocracia dessas organizações foi consolidada à medida que a esquerda se isolava. Quando a etapa radical concluiu a seu papel, Cárdenas saiu de cena e Ávila Camacho (direita) pôs em marcha as medidas exigidas pelos novos poderosos. Então começaram as três décadas de monopólio político do PRI, que acentuaram a concentração da riqueza em muito poucos sectores capitalistas.

Junto à mistificação ritual da revolução, o novo regime político apadrinhou a acumulação privada. As conquistas populares foram paulatinamente esvaziadas e dissipou-se o seu conteúdo inicial que eclodiu em 1910. Os capitalistas utilizaram a legitimidade dada pela revolução para estabilizar o seu domínio durante um largo período. Assim puderam poupar os custos e os inconvenientes das ditaduras apoiadas pelos seus pares no continente americano.

Esta trajectória ilustra como um processo que não se radicaliza acabando a apagar as suas próprias marcas progressistas. Substitui a gesta popular por um sistema de protecção oficial da classe capitalista. Se esta involução se repetir na Venezuela, Bolívia ou Equador, um movimento conservador sucederá à actual etapa cardenista de Chávez, Morales ou Correa,

Diferentemente do que sucedeu no Chile ou na Nicarágua, esta regressão manteria o mesmo regime político, mas transformava o seu conteúdo. Do radicalismo inicial passar-se-ia a uma recomposição do *establishment*, sem alterar a estrutura dos símbolos gerados durante o período antiliberal. As classes dominantes costumam aproveitar a permanência de uma memória libertadora nas massas para recriar o seu poder. Particularmente no México, o PRI lucrou com esse acervo ideológico, recorrendo a um discurso hipócrita de encobrimento da sua política.

A Venezuela oferece u terreno propício para ensaiar esta repetição, já que arrasta uma importante tradição de capitalismo de estado. Até 1936 funcionava como economia exportadora de produtos agrícolas básicos, mas com a exploração do crude forjou-se uma classe dominante local associada às multinacionais. Este sector acostumou-se a viver da renda petrolífera, tal como os governantes de turno. Todas as tentativas de industrialização, substituição de importações e diversificação económica estiveram marcados por esta associação que, além disso, generalizou hábitos perduráveis de consumismo parasitário e ineficiência burocrática.

Este desbaratar dos recursos públicos conduziu a um enriquecimento da burguesia, que terminou empobrecendo o próprio estado. Os desfalques do período neoliberal – entre 1983 e 1988 – foram o corolário da fracassada tentativa de salvar a formação de uma classe capitalista competitiva com os recursos do Tesouro. Apesar das vultuosas somas investidas pelo Estado, na Venezuela não emergiu uma burguesia sequer

comparável à existente no México, no Brasil ou Argentina. Uma transacção cardenista representaria outro ensaio para alcançar esta meta.

Enriquecimento a partir do Estado

Para reiterar o trilho mexicano trabalham activamente os promotores da «*Bolivialburguesia*» [o autor quer referir-se à burguesia bolivariana, N. do T.], isto é os sectores que se aproveitam do boom petrolífero dos últimos anos para enriquecerem. São banqueiros que lucram com a intermediação de títulos públicos, empreiteiros que obtiveram vultuosas licitações, importadores que aproveitam a febre de consumo dispendioso e empresários que não investem mas remarcam os preços, provocando um círculo vicioso de baixa oferta e alta inflação.

A expansão das nacionalizações que caracteriza o processo bolivariano – não só na área petrolífera, mas também nas telecomunicações, electricidade, ou água – bem como a anulação da autonomia do Banco Central poderão chegar a ser funcionais a este processo de reorganização capitalista. Como se demonstrou no tempo do PRI mexicano as estatizações puderam ser orientadas ao serviço dos poderosos.

A mesma tendência de transformar um governo surgido da sublevação popular num regime de novas elites existe na Bolívia. É o projecto de «capitalismo andino» que propôs o vice-presidente Garcia Linera. Apoia-se na expectativa de utilizar os novos rendimentos propiciados pelos hidrocarbonetos para industrializar o país, em benefício da classe dominante. Este programa pressupõe que «um governo dos movimentos sociais» permitirá «redistribuir o poder», a favor da «economia comunitária, do capitalismo e do pós capitalismo.

Mas estes objectivos não são conciliáveis. Quando um governo apoiado pelas massas se vira para os grandes empresários, deixa de expressar os interesses dos movimentos sociais. Pode exercer uma arbitragem entre capitalistas, mas não favorece os oprimidos. Beneficia os empresários locais em relação aos seus concorrentes estrangeiros, mas não incentiva a economia solidária, nem prepara uma transição socialista. Simplesmente confirma uma variante de capitalismo, que a prazo é muito adverso aos interesses populares.

Neste esquema os novos rendimentos dos hidrocarbonetos tenderiam a financiar a acumulação e não a reforma agrária, os aumentos de salários ou as melhorias sociais. Os perigos deste modelo já se estão a ver na Bolívia, no adiamento de aumentos salariais, na escassa redistribuição dos rendimentos e na opção pelo modelo menos radical de nacionalização dos hidrocarbonetos. O aumento da rentabilidade e da situação fiscal continuam a não se traduzir em avanços sociais.

Os projectos de capitalismo de estado na Bolívia rebocam uma história de frustração muito superior a qualquer situação anterior do México ou Venezuela. A clássica experiência do MNR entre 1952 e 1956, não só manteve intacto o pavoroso atraso do país, como redundou numa involução pró imperialista do seu próprio gestor. Depois de nacionalizar as minas, Paz Estonsoro liderou a abertura ao capital estrangeiro, o aumento da dívida externa, o submetimento ao FMI e a entrega do petróleo à Gulf Oil Company.

Actualmente há pressões para substituir a catastrófica experiência neoliberal de 1985-2003 por um novo ensaio de capitalismo regulado. Mas os sectores capitalistas têm grandes aspirações a lucro imediato e pouca predisposição para aceitar a supervisão estatal. Num país submetido tensões regionais e com assinalável presença do movimento popular, a margem para gerar uma nova burguesia a partir do estado é muito estreita. Este espaço é significativamente menor que o que teve o antecedente mexicano ou mantém o ensaio venezuelano.

Panorama semelhante se observa no Equador. Historicamente o país ficou estruturado à volta de sectores dominantes: os agro-exportadores da costa e a oligarquia da serra que não aprovaram as intenções de modernização desenvolvimentista dos anos 1960-1970. A herança recente de duas décadas de neoliberalismo, de paralisação produtiva e de colapso financeiro acentua a falta de coesão para um novo modelo capitalista. Além disso o país carrega com a dolarização e a instabilidade financeira que recriam as remessas dos emigrantes e a incidência do narcotráfico.

A política externa independente e o conflito com os Estados Unidos que actualmente implementam a Venezuela e a Bolívia também já foi ensaiada por Cárdenas. Esta autonomia, inclusive a nota distintiva do PRI durante décadas. O México foi o único país latino-americano que manteve relações com Cuba no pico da agressão norte-americana. A fidalguia de Chávez para Bush e a firmeza de Morales para com os diplomatas que actuam como vice-reis são actualmente aplaudidas na região e contrastam com as posturas conciliatórias dos presidentes de centro-esquerda. Mas essas atitudes podem ir no sentido de uma ruptura radical com o imperialismo ou simplesmente antecipar condutas mais independentes das classes dominantes.

Particularmente Morales deve definir o sentido das mudanças que preconiza. Se desactiva o racismo, a massa populacional indígena conseguirá o objectivo ambicionado há séculos. Mas este enterro de um apartheid não é sinónimo de emancipação social. O exemplo sul-africano actual demonstra como se pode consolidar a desigualdade. Forjando grupos capitalistas provenientes da etnia marginalizada.

O caminho mexicano para o capitalismo de estado apresenta actualmente um cariz regionalista. É animado pelos novos parceiros da Venezuela no MERCOSUR, particularmente pelos empresários argentinos e brasileiros que desenvolvem negócios com o Caribe, em áreas protegidas da concorrência norte-americana ou europeia. Este protagonismo dos capitalistas latino-americanos constitui uma significativa novidade

Os projectos actuais de capitalismo de estado alimentam a tendência neodesenvolvimentista que emergiu na América Latina como resultado da crise neoliberal. Esta mudança é propiciada pelos sectores da burguesia que se distanciaram da ortodoxia monetarista, depois de um período de forte concorrência extra-regional, de desnacionalização do aparelho produtivo e perda da competitividade internacional. Mantendo relações privilegiadas com o capital financeiro, promovem percursos mais industrializadores para favorecer o desenvolvimento das novas transnacionais «Multilatinas» (como a Slim, Odebrecht, Technit). Estas empresas lucraram com as privatizações, mas agora priorizam os negócios industriais e hierarquizam o mercado regional.

Alguns teóricos de esquerda aprovam o rumo neodesenvolvimentista, apresentando-o como um passo intermédio para o socialismo. Mas esquecem que a estabilização

desse percurso bloqueará qualquer evolução anticapitalista. O precedente mexicano é uma clara confirmação deste caminho e da sua incompatibilidade com uma perspectiva socialista.

Muitos debates contemporâneos sobre a crise do neoliberalismo limitam-se a descrever as opções capitalistas alternativas, avaliando qual tem mais possibilidades de concretização. Esta óptica ilude valorizar as opções em jogo e omite a análise das suas implicações antipopulares. Um retrato da actual conjuntura que não registe as consequências dos projectos em disputa é totalmente insuficiente para a acção política da esquerda. A nossa revisão das experiências históricas regionais pretende esclarecer esta perspectiva.

Nacionalismo militar

O nacionalismo militar constitui outro antecedente dos actuais governos radicais. A influência destes precedentes no processo boliviano é visível na própria trajectória de Chávez, que irrompeu na cena política em 1992, através de um levantamento. Este episódio projectou-o como figura nacional e permitiu-lhe liderar a frente política que seis anos depois ganhou as eleições.

A sua visão nacionalista inspirou-se nas experiências reformistas encabeçadas por Velasco Alvarado no Peru (1974) e nas orientações antiimperialistas que na mesma época foram ensaiadas noutros continentes (primeiro Kadafi na Líbia). Absorveu na juventude um pensamento de esquerda que se desenvolveu durante a confrontação com a guerrilha venezuelana em 1975-89. Sobre estes pilares forjou a rede de oficiais que constituiu o seu núcleo de confiança.

A relação do governo de Evo Morales com os militares é muito diferente. Inclui somente uma reivindicação longínqua da breve tentativa nacionalista comandada por Ovando em 1969-70. Esta acção incluiu a nacionalização de empresas petrolíferas, a restauração dos direitos sindicais e foi seguida de um breve episódio insurreccional. Nesse choque, o general Torres autorizou em 1971 a assembleia popular e a formação de milícias para enfrentar a oligarquia.

Com excepção destas duas experiências, a memória popular boliviana associa os gendarmes com a repressão ao serviço dos exploradores. A história militar recente do *Altiplano* está marcada por essa brutalidade desde que Barrientos conseguiu em 1964-78 uma aliança com as elites camponesas para isolar os operários e perpetrar o assassinato de Che. Sob os auspícios de Banzer as forças armadas converteram-se – nas duas últimas décadas – numa sucursal do Pentágono. Além disso, acumularam um recorde de escândalos por narcotráfico e corrupção, numa acção conjunta com os três partidos que dominaram a vida política do país (MNR, ADN e MIR).

A história militar do Equador é análoga ao resto da região, com ensaios nacionalistas de reformas a meio dos anos 70 e múltiplas ditaduras repressivas ao serviço da oligarquia. Mas durante a recente etapa de sublevações populares contra presidentes neoliberais (1997-2005) apareceu uma terceira variante personificada em Gutierrez, que se distinguiu do curso radical venezuelano e do clássico direitismo recente na Bolívia.

Este general retomou a tradição da duplicidade militar, ao desenvolver uma grande demagogia e um puro servilismo do governo para com os poderosos. Teve uma carreira fulgurante e liderou uma fractura no exército, com o levantamento popular (Janeiro de 2000). Esta atitude catapultou-o no ano seguinte para a presidência com o apoio das organizações indígenas. Mas passados seis meses retomou descaradamente o curso neoliberal que tinha denunciado anteriormente, estreitou relações com o Departamento de Estado e deu cobertura a todos os funcionários corruptos das anteriores administrações.

Gutierrez não durou muito. Teve que abandonar o seu cargo face à nova onda de protestos contra o novo contubérnio que rebentou em Abril de 2004. O general terminou esmagado pela mesma ira popular que o levou à presidência. Num clima geral de desencanto, a população decepcionou-se com os gendarmes que substituíram os políticos a enganar a população.

As três experiências militares recentes na América do Sul foram diferentes. O caso venezuelano de evolução radical difere do distanciamento boliviano da acção governativa e da defraudação verificada no Equador. Esta diversidade é também ilustrativa do diverso comportamento que assumem os oficiais na região.

A tónica predominante durante o século XX foi o acatamento das ordens de um alto comando entrelaçado com as classes dominantes. Este papel generalizou a identificação dos militares com as tiranias e a custódia dos interesses dos latifundiários, industriais e banqueiros. O exemplo extremo desta função foi os golpes fascistas do tipo de Pinochet.

Mas mais frequentes foram as quarteladas que apenas procuraram compensar a incapacidade dos partidos burgueses para administrar o estado. Esta forma de governos militares apresentou características idênticas a qualquer esquema civil. O mesmo tipo de fracções (neoliberais, ortodoxas, desenvolvimentistas, heterodoxas) que predominam na burguesia observa-se nas forças armadas.

Ao lado destas vertentes do *establishment* também existiram diversos ensaios nacionalistas que se chocaram com o imperialismo e as elites locais. Estas experiências atingiram um pico de radicalidade em três epopeias: o levantamento armado no Brasil com bandeiras da esquerda (Coluna de Prestes em 1935), a resistência aos marines, juntamente com o povo, na República Dominicana (Camaño em 1965) e a ratificação das milícias operárias frente ao golpismo na Bolívia (Torres em 1971).

Outros precedentes de nacionalismo antiimperialista implicaram graves confrontações com os Estados Unidos (Torrijos em 1968 pela nacionalização do canal do Panamá) e reformas agrárias, expropriações de complexos industriais ou regalias operárias de grande alcance (Velazco Alvarado no Peru). Estas vertentes distinguiram-se do nacionalismo que encarnou Perón na Argentina pela radicalidade das medidas adoptadas, e diferenciaram-se da experiência de Vargas n Brasil, pela sua disposição de mobilizar as massas.

Diferenciar os perfis

As intervenções militares na América Latina vão desde o fascismo até à insurreição antiimperialista, mas incluíram além disso muitas opções intermédias. A brusca mudança de lado do general Gutierrez é um exemplo recente da ambiguidade que se observou na região. Um agente dos Estados Unidos como Batista ensaiou várias operações de charme com o progressismo em Cuba e o próprio Chávez manteve ligações com o argentino Seineldin, de direita, antes de adoptar definições favoráveis ao socialismo. Provavelmente o caso mais enigmático deste universo cinzento é Humala, que se opôs ao conservador Alan Garcia com um posicionamento de esquerda. Ninguém consegue decifrar se se orienta a reproduzir Chávez ou Gutierrez.

De uma maneira geral os militares perderam protagonismo político depois do colapso das ditaduras do Cone Sul. Mas o seu papel repressivo na acção antiguerrilha (Colômbia) no confronto com as mobilizações sociais não se diluiu (particularmente no México e no Peru). Esta participação reactiva a sua influência política.

A gravitação das forças armadas foi tradicionalmente explicada pela «debilidade da sociedade civil face ao Estado». Mas esta fragilidade expressa, por sua vez, o carácter historicamente frágil das burguesias nacionais perante as suas rivais estrangeiras e os seus antagonistas populares. Os militares governaram – de forma endémica ou periódica – para contrariar estas carências e habitualmente actuaram como árbitros substitutos do frágil poder burguês. A mudança constitucionalista das últimas duas décadas aponta para a superação desta insuficiência. Mas, dada a instabilidade destes regimes, ninguém prescinde completamente dos militares.

Utilizou-se frequentemente o termo «bonapartismo» para caracterizar esta função do exército. A noção também indica, por vezes, a presença dos uniformizados em postos desprezados pelos civis. Mas verificou-se um abuso desse conceito, originalmente concebido para referir situações muito provisórias. Bonaparte surge num momento de excepcional de indefinição das forças em luta, para garantir a continuidade da ordem burguesa. Concluída esta intervenção, extingue-se o seu papel. Por isso é incorrecto estender o uso desta denominação a qualquer instabilidade constitucional ou excesso de presidencialismo.

Ao utilizar de forma abusiva a noção de bonapartismo, esta palavra converte-se numa *joker* [comodin], que cataloga muito e explica pouco. A caracterização de Chávez como bonapartista, por exemplo, incorre neste defeito, inclusiva quando é substituída por um termo menos pejorativo: cesarismo.

O problema principal que coloca a avaliação do papel dos militares não radica tanto na definição exacta da sua mutável função. O mais importante é reconhecer em cada momento o carácter progressivo ou regressivo dessa intervenção. A cegueira perante o primeiro caso e as ingenuidades face à segunda variante provocaram efeitos igualmente nefastos.

O primeiro erro impediu, no passado, a compreensão de que a pertença ao exército não era incompatível com o radicalismo de Caamaño, Torres ou Torrijos, nem com o choque de Velazco Alvarado ou Perón com as classes dominantes. Para compreender este conflito basta distanciarmo-nos do republicanismo abstracto ou do antimilitarismo pueril que propaga o constitucionalismo burguês. A falsa oposição entre civis e militares oculta a verdadeira diferenciação que separa a direita da esquerda e os opressores dos oprimidos. Esta mesma confusão impede actualmente de aceitar o

papel progressivo de Chávez ou conduz, por vezes, ao alinhamento com a reacção. A esta degradação chegaram, por exemplo, os ex esquerdistas de Bandera Roja ou do MAS na Venezuela.

A tendência oposta ao elogio indiscriminado de qualquer militar conduziu Salvador Allende a confiar nos generais golpistas. Um caso mais patético foi a diferenciação que se estabelecia na Argentina entre militares «mais ou menos reaccionários» durante a criminoso ditadura de Videla.

Se se reconhece que os militares integram uma instituição sujeita às mesmas divisões e crises que corroem outros organismos do estado, a sua variedade de condutas perde o mistério. Essa multiplicidade expressa os recorrentes dilaceramentos que atingem estas instituições, empurrando os seus membros para direcções opostas. Este curso antagónico foi recentemente seguido por Chávez e Gutierrez.

No entanto, convém recordar que nos antecedentes mais progressistas nenhum líder militar conseguiu consumir um projecto emancipador. Forjaram tradições antiimperialistas inconclusivas. Por esta razão as suas experiências situam-se – tal como aconteceu na Nicarágua e no México – no campo dos ensaios frustrados. Nenhuma variante de nacionalismo militar pôde, por si só, avançar para a ruptura anticapitalista. O caminho para esta mudança exige outra base e outro caminho, que foi percorrido pelos artífices do principal êxito socialista na região.

A revolução cubana

Diferentemente do sucedido no México, na Bolívia ou na Nicarágua, a revolução cubana não se limitou a expulsar a oligarquia do governo ou a introduzir reformas sociais. Pôs em marcha todas as transformações anticapitalistas necessárias para a erradicação da miséria e da exploração. O alcance destes sucessos ficou posteriormente diminuído pelo isolamento, pelos erros e adversidades geopolíticas. Mas a introdução de grandes conquistas populares na saúde, na educação e nas condições de trabalho demonstrou como se pode melhorar a vida dos oprimidos num país do Terceiro Mundo.

A gesta cubana mudou a história da América Latina ao quebrar as grilhetas que interpõe o institucionalismo burguês à emancipação social. Transformou uma revolução democrática numa revolução socialista, alterando por completo o pensamento da esquerda. Os guerrilheiros do 26 de Julho refutaram as concepções que punham objecções à possibilidade de um desenvolvimento socialista na América Latina. Evidenciaram que em qualquer país da periferia é factível iniciar esta ruptura anticapitalista e indicaram o caminho desse rumo.

É importante recordar esta lição num momento de generalizados questionamentos a adopção de medidas mais radicais na Venezuela ou na Bolívia. Muitos analistas advertem contra a introdução de reformas que ameacem a continuidade do capitalismo. Esgrimem os mesmos argumentos que desaconselhavam o curso socialista de Fidel em 1960-61.

Durante a última década de predominância ideológica da direita, estes raciocínios invocavam o carácter indesejável de um caminho anticapitalista. Actualmente, alguns sectores da esquerda retomaram também as velhas teses da impossibilidade. Já não

se pondera tanto as virtudes do mercado, nem se salienta a inconveniência da planificação. Diz-se simplesmente que o socialismo não é factível na América Latina.

Mas Cuba demonstrou que a revolução é possível a 90 milhas de Miami. Um pequeno país – submetido ao domínio norte-americano depois de obter a sua tardia independência de Espanha – conseguiu dobrar uma potência que tem instalados os seus marines em Guantánamo. Os guerrilheiros retomaram uma luta secular pela independência nacional e conseguiram impor-se ao grande colosso estadunidense.

O Departamento de Estado não pôde sustentar Batista, o seu ditador, nem proteger os grupos mafiosos que operavam em Cuba como uma sucursal dos seus negócios. Todos ficaram desconcertados perante a impotência do Pentágono para deter Fidel e bloquear a radicalização do seu governo.

Imaginaram que através de invasões (Baía dos Porcos), de atentados (600 tentativas de assassinato de Fidel Castro), de embargos (quatro décadas de comércio exterior bloqueado), de terrorismo (recente encobrimento do criminoso Posada Carriles) e incentivo da imigração ilegal (cidadania norte-americana para qualquer cubano) conseguiriam destruir a revolução. Mas fracassaram e este resultado constitui uma forte prova da possibilidade de dobrar o imperialismo.

Se Cuba o conseguiu durante quase meio século, porque razão não alcançariam actualmente o mesmo êxito outros países da região? Esta possibilidade conta hoje em dia com uma vantagem conjuntural: o gendarme norte-americano está muito debilitado pelos seus fracassos no Iraque e Médio Oriente.

Afirma-se frequentemente que Cuba pôde desafiar os Estados Unidos porque contava como auxílio da União Soviética. Mas este apoio não estava previsto nem predeterminado, mas emergiu da própria dinâmica do choque com o imperialismo. Fidel recorreu à URSS para assegurar a revolução face à agressão estadunidense através de uma estratégia de alianças externas, que tem inumeráveis antecedentes noutras conjunturas. Supor que este tipo de contrapesos mundiais desapareceu com a queda da União Soviética, equivale a identificar essa derrota com o fim das rivalidades internacionais. Esta crença foi recentemente desmentida pelo esgotamento do unilateralismo ensaiado por Bush.

Além disso, convém não esquecer que a URSS negociou sérias restrições políticas em troca do seu apoio a Cuba depois da crise dos mísseis (1961), para não obstruir a sua estratégia de coexistência pacífica. Foi por esta razão que Che Guevara denunciou a ausência de solidariedade internacionalista por parte dos líderes soviéticos. Uma ruptura anticapitalista careceria, actualmente, do velho apoio do «campo socialista», mas não acarretaria com os custos desse apoio. Poderia recorrer ao amplo espaço de choques geopolíticos, que impediram os Estados Unidos de recolonizarem o Médio Oriente.

Mas o mais importante é o próprio contexto regional. Cuba deteve de suportar o ferrete imposto pelo Departamento de Estado, depois do seu abandono da OEA. Com poucas excepções, o grosso da América Latina cortou os laços com Cuba. Actualmente, o imperialismo perdeu a sua capacidade de isolar. Os fracassos diplomáticos que Bush acumula em relação a Chávez ilustram este retrocesso. Os Estados Unidos já não

manejam os presidentes latino-americanos como títeres e enfrenta conflitos com os seus próprios aliados na região.

Existem, além disso, algumas articulações políticas – como a ALBA – que contrabalançam a ofensiva norte-americana, num contexto de rivalidades económicas da primeira potência com as principais burguesias da América do Sul. Não faltam, portanto, condições favoráveis para encarar uma mudança socialista, se reaparecer a audácia e a determinação que Fidel demonstrou em princípios dos anos 60.

Por vezes apresenta-se o que ocorreu em Cuba como um facto «excepcional» e argumenta-se que obedeceu à peculiar coesão política criada na ilha durante a luta contra Batista. Mas a sequência de confrontos iniciada em Moncada, seguida da incursão do Granma e coroada com a resistência na Serra Maestra não difere de outras gestas revolucionárias. O que distinguiu o movimento 26 de Julho foi a sua consequência nesta luta. Demonstrou grande flexibilidade nas diferentes propostas lançadas desde 1957, mas nunca cedeu nas exigências democráticas e antiimperialistas básicas.

Esta firmeza determinou um salto socialista da revolução, quando foram rejeitados os compromissos de conciliação que propiciaram as substituições iniciais do ditador (crise de Urrutia, emigração de Miro Cardona). O confronto com os sectores guerrilheiros opostos aos avanços anticapitalistas (Huber Matos) marcou o ponto de inflexão. A decisão de seguir em frente com a revolução foi sinal distintivo do processo cubano, em comparação com o Chile, México ou Nicarágua.

Um efeito persistente

Por vezes afirma-se que a «estrutura económico-social» cubana favoreceu a radicalidade da revolução, dado o papel centralizador que tinha a indústria açucareira. Mas peculiaridades equivalentes verificaram-se noutros países. A diferença de Cuba foi a sua contundente resposta às conspirações da direita. Esta reacção levou à acelerada nacionalização dos engenhos, das refinarias, das telecomunicações, dos sistemas eléctrico e das grandes propriedades rurais.

A ausência desta dinâmica de respostas políticas radicais socavou as restantes revoluções latino-americanas e ameaça actualmente os processos surgidos das recentes rebeliões. Desde o ano 2002 afloraram na Venezuela alguns traços semelhantes à conjuntura cubana dos anos 60, particularmente no campo da polarização socio-política. Mas esta confrontação não se traduziu num curso anticapitalista. Ainda que aos ritmos actuais difiram do passado, uma prolongamento indefinido do *status quo* conduzirá a perder a oportunidade de avançar para o socialismo. O imperialismo e a direita já conhecem a lição e procuram evitar a repetição da experiência castrista.

O impacto de Cuba na América Latina foi perdurável. Teve um efeito inicial na região semelhante ao provocado pela revolução bolchevique na Europa ou a vitória socialista da China na Ásia. Mas diferentemente de ambas as situações esta influência ainda se mantém actualmente. Nos anos 60 uma direcção jacobina franqueou todas as fronteiras e levou a revolução para além do imaginável. É impossível se esse curso voltará a repetir-se, mas existem potenciais tendências à sua reiteração nos actuais

processos nacionalistas. A radicalização é uma possibilidade latente que a esquerda deve assinalar.

Cuba consumou a única revolução vitoriosa da região e por isso persiste como referência estratégica. Esta atenção inclui o legado de internacionalismo que singularizou o projecto de Che. Também aqui a revolução cubana se distanciou das precedentes, ao encarar uma expansão para a América Latina simbolizada na criação das OLAS. Para além dos erros cometidos pelo foquismo da época, esta política indicou os caminhos para romper o cerco nacional de uma revolução. A actualidade deste internacionalismo é maiúscula e já ninguém concebe um projecto de emancipação limitado ao plano nacional.

Cuba também nos traz ensinamentos sobre erros económicos e desacertos no modelo político. Este balanço também não deve ser visto de modo aligeirado na hora de avaliar as estratégias socialistas viáveis para cada país da região. Inclusivamente, ao considerara estes espinhosos problemas há que não perder de vista que Cuba se diferenciou pelo desenlace positivo da sua revolução. E este resultado obedeceu ao curo socialista adoptado por este processo. Actualmente, para avançar para uma meta semelhante há que debater abertamente outro tema subestimado: a revolução. Abordaremos este problema num futuro texto.

BIBLIOGRAFIA

- Arceo Enrique. "El fracaso de la reestructuración neoliberal en América Latina". Neoliberalismo y sectores dominantes. CLACSO, Buenos Aires, 2006
- Aguilar Camín Héctor. "Algo sobre la muerte de Artemio Cruz". Radar libros, Buenos Aires, 1-7-07.
- Ciapponi Nora. "¿Existe un proceso revolucionario en Venezuela?". Nuevo Rumbo, n 23, mayo-junio 2006, Buenos Aires.
- Ellner Steve. "Leftist goals and debate in Latin America" Science and society, vol 68, n 1, spring 2004.
- Fuentes Pedro. "El triunfo de Rafael Correa". Revista de América n 1, diciembre 2006.
- Hamiton Nora. México: los límites de la autonomía del estado. ERA, México, 1983.
- Harnecker Marta. "Sobre la estrategia de la izquierda en América Latina". Venezuela. Una revolución sui generis, CONCAC, Caracas, 2004.
- Knight Alan. "Las tradiciones democráticas y revolucionarias en América Latina". Revolución, democracia y populismo. CRB- UCA Chile, Santiago, 2005.
- Lowy Michael. "Introducción" O marxismo na América Latina, Fundacao Perseo Abramo, Sao Paulo 2006.
- Maira Luis. "Dilemas internos y espacios internacionales en el gobierno de Evo Morales" Nueva Sociedad, n 209, mayo-junio 2007, Buenos Aires.
- Maitan Livio. "México: su revolución, su régimen político y su ubicación en el capitalismo mundial". Crítica de la economía política, n 23-24, México, 1985.
- Mires Fernando. La rebelión permanente: las revoluciones sociales en América Latina, Siglo XXI, México, 1988 (Prefacio, cap 1, 4, 7, 9))
- Ouriques Nildo "A revolucao democrática bolivariana. Uma utopia latino-americana".
- Petras James. "La situación actual en América Latina". Los intelectuales y la globalización. Abya-Yala, Quito, 2004.

- Robaina Roberto. "O marxismo e os novos governos latinoamericanos". Revista da America n 2, junho 2007.
- Stefanoni Pablo. "Siete preguntas y siete respuestas sobre Bolivia de Evo Morales". Nueva Sociedad, n 209, mayo-junio 2007, Buenos Aires.
- Toussaint Eric. "Los desafíos para el gobierno de Rafael Correa". Octubre 2007, www.cadtm.org
- Troblor Hans Werner. "La revolución mexicana: algunas particularidades desde un punto de vista comparativo". Revista Mexicana de Sociología
- Valenzuela Feijoo Juan Carlos. "Venezuela: algunas licoes do golpe de estado". Ouriques Nildo. Raíces no Libertador. Bolviarismo e poder popular na Venezuela, Editora Insular, Florianópolis, 2004.
- Whitehead Laurence. "Bolivia 1930-90". Historia de América Latina, tomo 16, Cambridge University Press-Crítica, 1991, Barcelona.

* Economista, investigador, professor universitário e miembro de EDI (Economistas de Izquierda). www.lahaine.org/katz

**A expressão «nacionalismo radical» utilizada por Katz pode gerar confusão a leitores portugueses. Na América Latina o nacionalismo foi muitas vezes assumido como atitude anti-imperialista. No final da II Guerra Mundial Browder, do Partido Comunista norte-americano, criticou o nacionalismo latino-americano, com o argumento de que o nacionalismo tinha uma raiz fascista. Como os EUA tinham sido aliados da URSS, criou uma grave crise em muitos partidos comunistas do Continente e em organizações de esquerda. Um presidente da Bolívia, Gualberto Villarroel, que combatia, como nacionalista, os monopólios mineiros, foi acusado de fascista e enforcado num candeeiro. (Nota do tradutor)

Tradução de José Paulo Gascão